

A escola e suas contradições em tempo neoliberal: Reflexões sobre a escola contemporânea e neoliberalismo

The school and its contradictions in neoliberal times: reflections on the contemporary school and neoliberalism

*Jerônimo Sartori*¹

*Maria Silvia Cristofoli*²

Resumo: Este artigo apresenta reflexões sobre políticas educacionais em tempos neoliberais e desafios postos à escola contemporânea brasileira, que se entrecruzam entre avanços e recuos, tendo como objetivo principal conhecer algumas das contradições da política neoliberal que se enlaçam ao modo de condução do trabalho escolar. Ele está referenciado teoricamente em Laval (2004), Libâneo (2013), Ball (2005). Metodologicamente, trata-se de estudo de abordagem qualitativa, construído pelos procedimentos da pesquisa bibliográfica e elementos básicos do método comparado em educação. Ao contrastar aspectos mais significativos identificados na obra desse autor, indicados como “achados”, procedemos ao comparativo entre a realidade da escola francesa com a realidade da escola brasileira contemporânea. Entre os achados, a questão econômica representa uma contradição que interfere, sobremaneira, no investimento para a manutenção da educação pública. Já o fato de não vincular ao currículo os valores e cultura esvazia a formação político-crítica e prioriza a meritocracia, o individualismo e a competitividade. Transcorridas mais de duas décadas desde a publicação do livro “A escola não é uma empresa”, foram identificadas diversas semelhanças com a realidade educacional brasileira. Também foram identificados avanços quando se consegue potencializar o diálogo e a participação no que concerne à implementação de políticas educacionais mais equânimes, recuos quando se reduzem os espaços de debates e desloca-se a tomada de decisões para instâncias superiores dos sistemas de ensino.

Palavras-chave: neoliberalismo; escola contemporânea; instituição social; formação.

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. E-mail: <jetori55@yahoo.com.br>.

² Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim. E-mail: <mscristofoli@uffs.edu.br>.

Abstract: This article presents reflections on educational policies in neoliberal times and challenges posed to the contemporary Brazilian school, which intersect between advances and setbacks, with the main objective of knowing some of the contradictions of the neoliberal policy that are linked to the way school work is conducted. This work is theoretically referenced in Laval (2004), Libâneo (2013), Ball (2005). Methodologically, this is a qualitative study, built by the procedures of bibliographic research and basic elements of the comparative method in education. By contrasting the most significant aspects identified in the work of this author, indicated as "findings", a comparison was made between the reality of the French school and the reality of the contemporary Brazilian school. Among the findings, the economic issue represents a contradiction that interferes, greatly, in the investment for the maintenance of public education. On the other hand, the fact of not linking values and culture to the curriculum empties political-critical training and prioritizes meritocracy, individualism and competitiveness. More than two decades have passed since the publication of the book "The school is not a company", several similarities with the Brazilian educational reality have been identified. Advances were also identified when dialogue and participation are enhanced with regard to the implementation of more equitable educational policies, setbacks when spaces for debate are reduced and decision-making is moved to higher levels of the education systems.

Keywords: neoliberalism; contemporary school; social institution; education.

INTRODUÇÃO

A escola na contemporaneidade, diante das constantes transformações, está cada vez mais pressionada a rever sua estrutura e seu funcionamento, em função da reestruturação do capitalismo em nível nacional e internacional. O desenho econômico procura seguir os avanços, tanto científicos quanto tecnológicos, na perspectiva de alinhar-se com a reestruturação do sistema produtivo, que está associado aos avanços do conhecimento, especialmente, o pragmático, que corrobora a reorganização dos modos de trabalho, que requer um trabalhador polivalente.

De fato, as sucessivas mudanças que ocorrem em escala mundial conjugam acontecimentos, fenômenos e processos que dão visibilidade para "[...] novas realidades sociais, políticas, econômicas, culturais, geográficas" (Libâneo, 2013, p. 43). O fenômeno das contínuas transformações do mercado busca, na escola, uma formação que atenda a flexibilidade do mercado do trabalho, que prioriza o saber fazer. Assim, a escola ao voltar-se ao atendimento das demandas do empresariado, preteriza a formação alinhada com o desenvolvimento das capacidades intelectuais. Na ótica do modelo econômico neoliberal, a regulação e o funcionamento da sociedade devem dar-se na lógica do mercado, que enfoca o individualismo, a competitividade e a meritocracia.

Nesse emaranhado, é preciso fazer o enfrentamento ao neoliberalismo no sentido de que a escola ofereça uma formação crítica e emancipatória. Nesse intento, a escola precisa resistir às diretrizes¹ que emanam das orientações mercadológicas que, ultimamente, aparecem entranhadas nas políticas educacionais, anunciando que a implementação de um novo currículo escolar resolverá todas as mazelas que obstaculizam os processos formativos. Assim, cabe ressaltar que nos movimentamos nesse contexto eivado de contradições que ora a escola avança no horizonte de uma educação crítica, ora passa por recuos que se situam na perspectiva tecnicista.

No alinhamento da problematização em que a escola é desafiada a desempenhar suas funções educacionais, enfrentando as contradições que marcam o modelo econômico e as mudanças no mercado de trabalho desenhadas pela matriz neoliberal, trazemos com questão de estudo: como se explicitam as contradições que permeiam a escola em um tempo de avanço

¹ Destacamos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - **Resolução CNE/CP nº 2/2017**, para a educação básica e a **BNC-Formação - Resolução CNE/CP nº 2/2019**, para a formação de professores.

da política neoliberal? Alinhado com a questão, temos como principal objetivo: conhecer algumas das contradições da política neoliberal que se enlaçam ao modo de condução do trabalho escolar. O estudo está situado na abordagem de natureza eminentemente qualitativa, enlaçado com a perspectiva interpretativa e analítico-crítica, realizado pelos procedimentos da pesquisa bibliográfica, tendo como principal fonte Laval (2004)².

O modelo neoliberal minimiza o papel do Estado, advogando que, sem a intervenção do Estado, as instituições públicas alcançam maior eficiência, rentabilidade e qualidade (Libâneo, 2013). É nessa linha que os organismos multilaterais (BM, OCDE, Unesco e outros) colocam-se como a “tábua da salvação”, formulando políticas para a escola de países emergentes. Na lógica do capitalismo globalizado, o currículo escolar deve ser instrumental, com caráter imediatista e pragmatista, sequestrando a autonomia da escola para pensar o seu projeto político-pedagógico e sua proposta curricular. Todavia, como afirma Laval (2004, p. 289), “[...] a nova ordem educativa liberal” ainda não está instalada, está em processo. Diante disso, cabem a resistência e a disputa de propostas educativas, explicitando as contradições que se evidenciam na lógica capitalista e empresarial, que não pode ser a mesma adotada na escola, pois o objeto de ação da escola e o da empresa são bem distintos. Por isso, é imprescindível estar vigilante aos ataques ao ensino público e reafirmar, permanentemente, que a escola não é uma empresa (Laval, 2004).

Para dar conta dos propósitos do estudo, o texto está organizado, além dessa introdução e das considerações finais, em quatro tópicos. No primeiro tópico, situamos a escola como instituição social, com destaque ao seu papel socializador e produtor de conhecimentos, que alicerçam a formação do sujeito para sua inserção na sociedade, bem como para exercer, de forma plena, sua cidadania. No segundo tópico, abordamos alguns dos aspectos que dizem respeito à educação alinhada com a teoria neoliberal, que preteriza o papel do Estado como financiador da educação pública e enaltece o modo empresarial de fazer gestão. No terceiro tópico, trazemos, com base em Laval (2004), algumas das contradições que se entrecruzam na escola que se pretenda ancorada na matriz neoliberal. No quarto tópico, apontamos alguns ensaios comparativos com a perspectiva da educação na França no início do século XXI, com o que, contemporaneamente, anuncia-se para a educação pública no Brasil, orientada por políticas que visam ao Estado mínimo, conseqüentemente, a privatização da escola pública.

A ESCOLA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL

A abordagem do tema escola como instituição social remete-nos a destacar que a escola, por excelência, é uma instituição de socialização, tendo a incumbência de introjetar o sujeito na sociedade. Para isso, procura desenvolver valores éticos e morais, bem como possibilita a construção de conhecimentos, que possam orientar e preparar os sujeitos para inserir-se na sociedade e no mundo do trabalho, respeitando as normas legais provenientes do Estado. Se a escola existe para promover a coesão social e a formação de cidadãos dos diferentes grupos sociais, é certo que não combina com o alinhamento das políticas patrocinadas pelo modelo neoliberal.

As instituições sociais como: família, escola, igreja, Estado, têm papéis diferenciados no que trata dos processos de socialização e inserção social do sujeito. Assim, para que a vida social seja levada a cabo, cada uma das instituições desempenha papéis singulares no que tange à orientação para lidar com os conflitos e as contradições, para relacionar e relacionar-se, para humanizar e humanizar-se. À escola, por sua vez, cabe a atribuição de criar situações de ensino, que dialoguem com os valores e a cultura, sem preterizar o desenvolvimento cognitivo, pois o conhecimento é a ferramenta que possibilita alargar a visão sobre a vida, sobre a natureza, sobre o mundo. A respeito disso, sublinha Libâneo (2013, p. 47) que é:

² A obra referência de Laval é: *A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. A indicação completa encontra-se nas referências ao final do texto.

[...] um papel insubstituível das escolas e dos professores de propiciar as condições intelectuais para toda a população, de modo a ampliar sua capacidade reflexiva e crítica em relação às condições de produção e de difusão do saber científico e da informação.

No entendimento de que a escola desempenha papel fundamental na formação das futuras gerações, no momento atual é preciso questionar: de que escola se fala e em que educação se acredita? Esse questionamento cabe pelo fato de que, na atualidade, com o avanço do neoliberalismo, há forte investimento em caminhos que representam o retrocesso para um modelo de educação conservador e “tradicional”. Conforme Pinheiro e Sartori, “[...] a educação que se pretende focada na orientação das perspectivas democrática e libertadora necessita fazer enfrentamento aos ditames das políticas centralizadoras, conservadoras e reguladoras” (2021, p. 111). Tal enfrentamento requer visão crítica, pois o discurso neoliberal e mercadológico é, facilmente, “vendido” aos menos avisados, no intuito de convencer que uma educação dogmática, tecnicista e esvaziada de humanidades é a solução para melhorar a qualidade do ensino, bem como para atender as demandas da polivalência do mercado de trabalho.

Conforme Laval (2004, p. 290): “A lógica do valor econômico que prima pelo modelo liberal de escola é uma lógica autodestrutiva”. O autor também refere que o tom do discurso é catastrófico, pois anuncia que a escola está morta, que ensina baseada na incultura. Todavia, na contramão dessa retórica, que anuncia que a educação está em estado de falência, letárgico e insensível ao atendimento imediato das demandas da sociedade, revela que a classe dominante ainda não se apropriou da escola pública, como requer o ordenamento da economia capitalista (Laval, 2004).

A abordagem racional, na esteira de uma gestão escolar burocrática, hierárquica e reguladora, torna a escola dependente daquilo que Ball (2005) denomina de “gerencialismo”, que impõe a racionalidade técnica e submete a atuação dos profissionais da educação à obediência aos modelos empresariais, em clara consonância com a matriz neoliberal. Nesse alinhamento, à escola cabe implementar as políticas provenientes do sistema, assumindo um *status* burocrático controlador, tanto da escola quanto dos docentes e de acordo com os resultados mensuráveis apresentados nas avaliações de larga escala, gerando competitividade entre os atores educacionais e as instituições de ensino (Ball, 2005).

Conforme Laval (2004, p. 291), mesmo que o capitalismo seja imperioso e imperial, constitui-se como um sistema de troca instável, porque o plano econômico não consegue pleno domínio sobre o mundo social e cultural “[...] sem engendrar um mal-estar, uma resistência, conflitos consideráveis”. O que pode engendrar mal-estar e resistência entre os atores educacionais? Sem dúvida, o enxugamento do Estado, o barateamento e aligeiramento da educação, a precarização do trabalho docente, o sequestro da autonomia da escola e dos princípios da gestão democrática. Assim, “[...] não é e não será em todos os espaços educativos (escolas e sistemas), que propostas de cunho autoritário, antidemocrático e prescritivo encontrarão eco favorável a sua implementação sem que ocorram questionamentos e críticas – a resistência” (Pinheiro; Sartori, 2021, p. 112).

Para Laval (2004, p. 292-293), a “mutação da escola” para tornar-se aparelho de socialização do espírito capitalista, que visa formar as próximas gerações “[...] nos modos de ser, de pensar e de fazer, que são requeridos na sociedade de mercado é uma empreitada no mínimo, difícil”. A despeito disso, a escola resiste a render-se à ideia de preparar o sujeito apenas para ser um produtivo eficaz, como prospecta o setor empresarial. Contudo, é preciso destacar que a ideologia capitalista ainda não prescinde da escola, pois ela (escola) ainda tem o “[...] poder de fazer entrar na cultura escrita e erudita a grande massa de jovens” (Laval, 2004, p. 293). Isso denota que, embora a pujança da ideologia do império capitalista, este não renuncia à instituição escolar.

Corroborando Libâneo que o “[...] papel insubstituível das escolas e dos professores de propiciar as condições intelectuais para toda a população, de modo a ampliar sua capacidade reflexiva e crítica em relação às condições de produção e de difusão do saber científico e da informação” (2013, p. 47). Neste sentido, ao preservar o *status* da escola pública de qualidade, temos a possibilidade de trabalhar a informação para transformá-la em conhecimento crítico e ampliar a visão de mundo. Assim, interpretar, filtrar, analisar, criticar a informação dá a condição ao cidadão para empoderar-se do conhecimento, ferramenta essencial à formação do senso crítico e emancipação humana.

Acompanhar o movimento do avanço do neoliberalismo é estar em estado de vigilância permanente, fazendo a resistência a toda e qualquer iniciativa de terceirização e/ou privatização dos serviços escolares, sendo este o desejo do setor empresarial, que tece duras críticas ao modelo de gestão e funcionamento da escola pública. É, pois, com base nos movimentos de resistência que se pode manter vivo o desejo de tornar a escola pública cada vez mais autônoma, reavivando os princípios da gestão democrática, que envolve problematização, diálogo e participação ativa dos diferentes segmentos da comunidade escolar. De acordo com Pinheiro e Sartori (2021, p. 118), “[...] encontrar os caminhos para promover a educação libertadora, à luz da pedagogia freireana, a ação e a reflexão não podem dicotomizar-se, a menos que a ação seja mero ativismo desprovido de um olhar crítico-reflexivo e dialético”.

Embasados nessa abordagem, consideramos que a escola, como instituição social, é indispensável, tendo em vista que cumpre o papel de difundir os valores culturais e de produzir novos conhecimentos. A tendência de desqualificar as ações da escola para torná-la única e homogênea é, veementemente, rechaçada pelos atores educacionais, que militam em favor de uma escola plural, que atenda a heterogeneidade de realidades e de demandas socioeducacionais. Então, aos defensores da escola pública estatal é mister manter vivo o questionamento: para que serve a escola e o que ela faz diferente de outras instituições e das empresas?

A EDUCAÇÃO EM TEMPO NEOLIBERAL

Nesse tópico em que buscamos elucidar alguns aspectos que dizem respeito à educação em tempos de avanços do neoliberalismo, abordamos o termo “educação” restrito a como ela se processa no fazer educativo da escola. Apesar disso, associamo-nos a Libâneo (2013, p. 47), que aponta que educamos “[...] para a participação social, para o reconhecimento das diferenças entre os vários grupos sociais, para a diversidade cultural, para os valores e direitos humanos”. Para enfrentar o furor neoliberal, que tenta desacreditar a escola pública, que considera o Estado um mau gestor, faz-se necessário demarcar o espaço escolar como lugar para revitalizar a educação como um ato político e como ferramenta para a emancipação humana.

Entendemos que o investimento na produção de conhecimento é o que fortalece o sistema escolar, pois vislumbra a possibilidade de a educação não se tornar mercadoria, desenvolvendo a sua prática pedagógica embasada nos valores culturais e nos saberes historicamente construídos. Para fortalecer o papel social da escola, é fundamental investir na formação de um sujeito “livre” com capacidade para exercer plena e conscientemente a sua cidadania. O clima ideológico da política neoliberal (Laval, 2004) considera que a manutenção da educação ofertada pela escola pública representa gasto para o Estado e não investimento na formação, no desenvolvimento cognitivo e socioafetivo do sujeito. Na visão de Ball (2005), para o setor empresarial, é crucial assumir o controle das reformas educacionais para garantir as mudanças, conforme critérios e valores estabelecidos pelo mercado.

Na lógica da política neoliberal, está enraizada a ideia de que a educação escolar não desenvolve “[...] o valor prático dos conhecimentos” (Laval, 2004, p. 307) que são demandados para a empregabilidade. Portanto, conforme o mesmo autor, na “[...] nova ordem educativa

mundial” (p. 307), os saberes passados pela escola são considerados inúteis e obsoletos, pois não dizem respeito àquilo que a empresa requer do trabalhador. Assim, se a escola render-se ao desenvolvimento de competências como preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), possivelmente, realizará meros treinamentos para a empregabilidade, arrefecendo cada vez mais os conteúdos que corroboram o desenvolvimento humano, cedendo espaço para os aprendizados que atendam ao mercado de trabalho (Pinheiro; Sartori, 2021).

No que tange à educação, é pauta corrente na política neoliberal “gerenciar” a escola pública, para que atenda aos seus interesses, instituindo “[...] uma nova forma de poder. [...] provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos” (Ball, 2005, p. 544). Compreendemos que, nesse alinhamento, o neoliberalismo impõe-nos uma “nova” epistemologia, a do mercado, a qual se concretiza por meio de uma pedagogia funcional para, no processo formativo, dar conta

[...] das necessidades, dos interesses e dos meios que conjuga em realidade o imaginário individualista da espontaneidade criadora, o utilitarismo que não quer ver na cultura mais do que um conjunto de ferramentas e de respostas a questões práticas e o diferencialismo social que transforma em fetiche os gostos e as necessidades e que, assim, legitima muito frequentemente a segregação de fato dos jovens.

Nesse alinhamento, a formação orientada pela pedagogia funcional vai ao encontro dos interesses do empresariado, afrontando a autonomia da escola, pois o currículo escolar apresenta-se com caráter prescritivo, não oferecendo espaço para o coletivo escolar construir e desenvolver propostas que dialoguem com a realidade e com as possibilidades de ampliar a visão de mundo. Em contraponto à hegemonia pretendida com a educação na perspectiva neoliberal, Libâneo (2013, p. 49) enfatiza que a escola precisa desenvolver uma

[...] formação cultural e científica, que possibilita o contato dos alunos com a cultura, aquela cultura provida pela ciência, pela técnica, pela linguagem, pela estética, pela ética. [...] uma escola de qualidade é aquela que inclui, uma escola contra a exclusão econômica, política, cultural e pedagógica.

Com base no excerto de Libâneo, cabe-nos ressaltar que a ideologia neoliberal acredita na visão de educação em que: “[...] a escola deveria se parecer com uma empresa: o imaginário é então aquele da produção, do trabalho, do rendimento. É preciso preparar o trabalhador eficaz” (Laval, 2004, p. 309). Destarte, é com base na lógica de mercado que os neoliberais questionam a função cultural e social da escola. No alinhamento com o utilitarismo da educação, é negada ao estudante a possibilidade de desenvolver o raciocínio crítico, de ensinar pela pesquisa, de produzir conhecimentos articulados com a realidade e com estreita relação entre teoria e prática. Ademais, no horizonte de uma educação pragmática, como prospectam as reformas, que recebem influências dos organismos multilaterais (BM, OCDE, Unesco e outros), subtraem-se as possibilidades de empoderamento do sujeito, tornando-o um agente passivo e limitado à subserviência ao mercado do trabalho.

Na visão de Ball (2005), as reformas educacionais patrocinadas pelas diretrizes do neoliberalismo acentuam o caráter da performatividade³ na formação do trabalhador, com um discurso camuflado que nega atritos, contradições, conflitos, indicando que a mudança é benéfica, que, dentro da organização, cada sujeito é responsável pela sua trajetória, o que caracteriza o individualismo, a meritocracia e a competitividade. É com base nesse discurso fantasioso que os agentes educacionais da educação pública necessitam subsistir para enfrentar a tendência do avanço das políticas neoliberais e da implementação da racionalidade

³ A performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle, atrito e mudança (Ball, 2005, p. 543).

instrumental nos processos formativos (Ball, 2005). Para Libâneo (2013), a escola compreendida como espaço de síntese, necessita atender a demanda por uma formação para o emprego. Todavia, é essencial que a escola promova “[...] a inserção competente e crítica no mundo do trabalho, incluindo a preparação para o mundo tecnológico e comunicacional e para as complexas condições de exercício profissional no mercado do trabalho” (Libâneo, 2013, p. 51).

Entre desenvolver capacidades cognitivas, sociais e operativas (Libâneo, 2013), na ânsia de galgar um espaço no mundo do trabalho, o estudante proveniente do meio popular, frequentemente, situa “[...] a significação da escola no acesso ao emprego e ao ‘belo futuro’ mais do que o acesso ao universo intelectual, estão eles mesmos dispostos a encontrar nas atividades escolares seu significado próprio” (Laval, 2004, p. 310). De olho fixo na profissionalização, os jovens das camadas populares focam-se nas capacidades operativas e abraçam os estudos mais espontâneos, aqueles que, de alguma forma, articulam escola e emprego, que “[...] se engajem na ‘formação das competências’ e na ‘descoberta dos ofícios” (Laval, 2004, p. 310). A formação crítica, desse modo, é renunciada, desenvolvendo-se na contramão de uma educação problematizadora, dialógica, contextualizada, emancipadora e alicerçada na criatividade e no pensamento crítico.

Para Ball (2005), os novos modos de organizar a educação vêm encharcados da ideia de eficiência, de competição, de produtividade, sendo que o valor performativo do trabalhador reside na sua capacidade pragmática, de ação imediata. O enfrentamento à lógica pragmática/dogmática requer que sejam desenvolvidos “[...] conhecimentos a partir das capacidades de pensamento crítico, empatia, autonomia, reflexão e ação sobre o contexto, compreendendo-se como ser social que pode e deve interferir, agir e pensar sobre os aspectos sociais e políticos” (Pinheiro; Sartori, 2021, p. 123). Assim, ressaltamos que, por meio de uma educação democrática e participativa, podemos manter a democracia e a autonomia vivas, tanto nos sistemas de ensino quanto nas unidades escolares.

Cabe-nos também ressaltar que a educação em tempo neoliberal, que tem, na escola, o *locus* específico para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem e a formação humana, não pode prescindir do seu fim cultural e social. Conforme Laval (2004), é imprescindível que, na instituição escolar, se avance na promoção do pensamento reflexivo, pois a formação requer, além do desenvolvimento de competências e de técnicas, formação humana ancorada nos valores éticos e morais. Neste sentido, é indispensável que, na educação escolar, se potencialize a formação do capital humano, para que o sujeito não se torne silenciado diante dos marcos que regulam o mercado, vinculando-o ao mundo do trabalho.

ACHADOS: AS CONTRADIÇÕES NA ESCOLA NEOLIBERAL FRANCESA E BRASILEIRA

Ao tratar de escola na contemporaneidade, longe de idealizar um modelo escolar único, não podemos dissociá-la do paradigma neoliberal, que vem ganhando espaços expressivos em escala mundial. Conforme Laval (2004), o liberalismo econômico evoca à educação francesa um caráter utilitarista e individualista. O autor aponta as contradições a partir do seu lugar, isto é, a educação francesa, no início do século XXI, em que se propalava a necessidade de uma “reforma” da escola, como sendo a possibilidade “mágica” e inovadora para resolver as mazelas do sistema educacional francês.

Tendo em vista que a lógica neoliberal almeja uma escola eficaz e que esteja alinhada com o campo econômico, neste tópico do texto, trazemos algumas das contradições referentes à escola neoliberal na França, considerando o avanço da mercantilização da educação.

Apesar do “consenso político” que prospecta uma “nova ordem educativa liberal”, a escola neoliberal ainda está em processo, mas enfrenta reverses face as suas contradições, tanto na lógica “econômica” como no tocante à “cultura e aos valores” que, historicamente, permeiam a instituição escolar (Laval, 2004, p. 289). O olhar economicista afeto à ordem

neoliberal, intenciona organizar a escola a serviço do mercado, de modo que o investimento dispensado pelo Estado à educação pública resulte em conhecimentos utilitaristas, produtivos e competitivos. Tal perspectiva advém do atravessamento do setor privado, que considera a escola pública improdutiva e que o Estado é pouco eficiente na gestão da educação.

Ao questionarmos que tipo de escola prospecta-se com a reforma da educação na esteira do liberalismo econômico? Qual o modelo de formação? Para que modelo de sociedade? Laval (2004) aponta as contradições da escola neoliberal na França em duas dimensões: a) econômica; b) cultural e de valores. Considerando essas duas dimensões, e num exercício de identificar semelhanças com a realidade brasileira ou, nas palavras de Manzon (2015), as convergências em dois contextos diferentes. Ao mesmo tempo, esse exercício de identificação de similaridades entre as realidades estudadas é temporalmente diacrônico, uma vez que há um interstício de mais de duas décadas.

No Quadro 1, a seguir, tratamos da dimensão econômica e categorizamos as contradições da escola a serviço da economia, a lógica autodestrutiva da escola, a economia do saber e a sociedade da informação e, por último, o gerenciamento da educação.

Quadro 1: Contradições da escola neoliberal na dimensão econômica

Dimensão Econômica		
Contradição	FRANÇA	BRASIL
Escola a serviço da economia	O investimento na educação deve ser produtivo. O investimento estatal dispendido à educação pública é improdutivo e a lógica é de menos Estado e mais setor mercado (setor privado).	Alocação de recursos públicos para a educação para compra de pacotes pedagógicos. Sob alegação da improdutividade da escola pública, o setor privado apresenta-se como a alternativa necessária para que os resultados da escola pública melhorem.
Lógica autodestrutiva da escola pública	Recorrente discurso dos liberais: a escola pública está morta; o ensino prima pela incultura. Mas não se demarca o que realmente representa o caos e aquilo que pode ser mudado.	Presença crescente na escola pública da descrença dos profissionais que trabalham nela. Hoje, o maior percentual de professores para educação básica advém de cursos à distância (EAD). A baixa qualidade desses cursos impacta negativamente na escola e no desenvolvimento do trabalho pedagógico.
Economia do saber e sociedade da informação	A educação pública pode ser realizada com redução de recursos econômicos e por meios tecnológicos (educação à distância).	Menos recursos para a educação e outras políticas sociais significa menos qualidade e adoção de padrões mínimos. Tem relação com a oferta de cursos à distância para formação de professores, precarizando, ainda mais, a formação docente. Menos recursos para a educação pública, mas o setor privado demanda a distribuição de recursos públicos para si.
Gerenciamento da educação	Avanço da gestão empresarial e ênfase na produtividade e no utilitarismo da educação. Forte investimento em avaliações de larga escala, que ranqueiam escolas e estimulam a competitividade.	Ampliação dos mecanismos de avaliação da educação para classificação e resultados, com uso de exames de larga escala. Compra de sistemas apostolados utilizados em escolas “de alto nível” ou bem-conceituadas, todas privadas, como justificativa para melhoria dos resultados e atendimento à BNCC.

Fonte: Texto: As contradições da escola neoliberal (Laval, 2004, p. 289-316) – elaborado pelos autores.

Entre as contradições afeiçoadas ao campo econômico está a visão economicista, que procura retirar o Estado como ente que deve investir na educação pública. O setor privado, por sua vez, tem o entendimento de que o investimento do Estado na escola pública não está gerando os rendimentos utilitaristas demandados pelo mercado. A despeito disso, a perspectiva neoliberal valoriza a formação para o emprego, para a flexibilização, tendo, no ensino profissional, no aligeiramento e no barateamento da formação, a solução para a

empregabilidade, contudo, não trata da questão do desemprego e/ou da falta de emprego. Assim sendo, fica a questão: formar para o emprego ou para o subemprego?

Nesse encadeamento, os neoliberais desprezam a produção de conhecimentos articulada com os valores e a cultura. Assim, a educação ao embrenhar-se na lógica liberal direciona-se para formar para o (sub)emprego, certamente, submeterá a classe operária à ilusão do ingresso mais rápido no mercado de trabalho. Por sua vez, encontramos em Laval (2004, p. 297) que:

A contradição está ligada ao fato dessa política preconizada desde há alguns anos estar bem de acordo, por um lado, com a dualidade do mercado de trabalho e com o crescimento das desigualdades ser, por outro lado, contrária à ambição de elevar o nível cultural da mão-de-obra, em conformidade com as previsões de deslocamento do emprego para um nível mais alto de qualificação.

Nesse alinhamento, o liberalismo econômico preconiza que a formação seja orientada pelo espírito da individualidade, não do coletivo. O discurso é o de que o Estado não se exime de garantir as liberdades individuais dos sujeitos, contudo, a teoria neoliberal sustenta a ideia de que o fortalecimento do capitalismo representa a melhor maneira de organizar e gerir a sociedade (Laval, 2004). Nesse viés, a política neoliberal ao estimar a redução da ação do Estado na educação, pauta-se no discurso do bem-estar social. A que bem-estar social os neoliberais referem-se? Se reduzir o papel do Estado implica reordenar as políticas públicas para baixo, para menos, sem dúvida, o setor privado sai fortalecido para implementar a mercantilização da educação.

A contemporaneidade, marcada pelo neoliberalismo, relaciona-se com os processos de globalização a partir dos anos 1980 e seu adensamento nas décadas posteriores e que passaram a impactar em diferentes setores e grupos sociais. A partir do que chamamos, no Quadro 1, “Contradições econômicas”, os desafios postos à educação são evidenciados pela forte presença neoliberal na política e na gestão, mas este não é um fenômeno recente.

Na lógica mercantil e tomando a lógica autodestrutiva da escola, ao apontarmos a forte presença da EAD na realidade educacional e, particularmente, na formação de professores, como bem analisam Gatti *et al* (2019, p. 114) “a opção por essa modalidade de ensino está também profundamente imbricada com as estratégias contemporâneas adotadas por meio da iniciativa privada com vistas a aumentar a sua competitividade no mercado da educação”. Essa estratégia coaduna-se com a tentativa de controle da formação docente por parte do setor privado e, ao mesmo tempo, com a contradição “Economia do saber e sociedade da informação”.

Tomando a máxima de fazer mais com menos recursos, como perceptível na modalidade EAD, contraditoriamente, o pensamento neoliberal defende mais mercado e menos Estado, mas busca participar da distribuição de recursos públicos da educação. José Marcelino Pinto (2016), em seu artigo “Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil”, elucida e denuncia os mecanismos de repasse de recursos públicos para o setor privado.

Também para exemplificar, vejamos a situação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb. Enquanto ainda era proposta, no ano de 2020, a audiência pública interativa, realizada em 20 de julho daquele ano, debatia se os recursos do Fundeb (até o momento de uso exclusivo para financiar a educação pública) deveriam ser também direcionados para escolas particulares⁴.

⁴ Notícia disponível na página do Senado Federal.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/20/comissao-discute-direcionamento-de-recursos-do-fundeb-para-ensino-privado>.

Para alcançar o intento de tornar a educação objeto mercadológico, os neoliberais imprimem um discurso autodestrutivo à escola pública. Todavia, a partir da década de 1990, na França, a resistência à imposição do neoliberalismo não foi encampada apenas pelos professores, tendo em vista que seu caráter não é somente de ordem educativa, pois outros setores da sociedade põem em dúvida as reformas de vertente dogmática como solucionadora das fragilidades da educação francesa. Nesse alinhamento:

O desbalanceamento em direção aos valores da competitividade e de mercado não é facilmente aceito por todos aqueles que são apegados às referências éticas e políticas da escola centrada na cultura, na transmissão de um patrimônio e nas finalidades emancipadoras do conhecimento (Laval, 2004, p. 290).

De acordo com o excerto, inferimos que o espírito do mercado orientado pela matriz capitalista encontra dificuldades para a submissão da escola aos interesses da sociedade de mercado. Para Laval (2004), o campo econômico tem, como horizonte, a rentabilidade na lógica do capitalismo global, que, em nível mundial, procura fazer da educação um objeto de controle e de regulação, normalizando a ingerência da escola pelos capitalistas na lógica neoliberal. Nessa perspectiva, a escola deveria/deve formar para o atendimento das demandas da esfera econômica centrada nos mandos da classe dominante, de modo a fortalecer as políticas e as exigências da acumulação do capital.

Quanto aos mecanismos de gerenciamento da educação, essa dimensão já estava presente no Brasil desde fins do século XX e avançando de forma mais acelerada nas primeiras décadas do século XXI, sendo que os exames de larga escala constituem uma das formas mais conhecidas como, por exemplo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)⁵. No Brasil, temos o *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB que é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar (extraídos do Censo Escolar) e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB*. Embora o IDEB seja um indicador, e não deva ser apenas o único para avaliar a qualidade da educação básica, ele tem sido tomado como parâmetro nacional desse ranqueamento, promovendo a competição entre escolas e redes.

Também exemplificando essa contradição, não podemos esquecer que, no Brasil, nos últimos anos, temos visto um crescimento significativo da lógica empresarial alavancada pela BNCC e materializada pela compra de sistemas apostilados pelas redes públicas de ensino.

Retomando as considerações de Laval (2004), vejamos que tanto na realidade francesa de 20 anos atrás quanto na realidade brasileira atual, temos uma mesma lógica.

Na perspectiva anunciada para remodelar a escola associada à matriz neoliberal, o discurso vem encharcado pelo viés democrático, que utiliza o espaço escolar para imprimir a ideia da melhoria da qualidade do ensino e da formação para o mercado de trabalho, mas, sutilmente, traz implícita uma perspectiva de despolitização da educação e, por conseguinte, dos cidadãos. Para Laval (2004, p. 299): “a lógica do capital humano é evidentemente tudo, menos igualitária”. A via neoliberal tem a escola como um espaço competitivo, por isso, anuncia a dilatação e a flexibilização da relação pedagógica, para vinculá-la diretamente às demandas organizacionais e tecnológicas das empresas.

De acordo com Laval (2004), alterar o sistema educativo implica a “mutação” da escola. A despeito disso, a mutação na lógica da “qualificação da força de trabalho” atenta para uma “pedagogia inovadora” em que, na escola, o docente coloque em prática conteúdos úteis às necessidades das empresas, dando ênfase que o futuro trabalhador deverá adaptar-se aos

⁵ PISA - (*Programme for International Student Assessment*) é um estudo comparativo internacional que avalia as áreas de leitura, matemática e ciências. É realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

postos que ocupará. O mundo empresarial não tem preocupação com a diminuição do “[...] nível de qualificação da mão-de-obra”, mas tem interesse “[...] em empregar os jovens formados e diplomados, mas subpagos com relação aos postos nos quais os colocam, com o risco de lhes prometer ‘fazê-los evoluir’ ao longo da vida” (Laval, 2004, p. 299).

Se analisarmos a mutação em curso da escola e a lógica empresarial da formação relacionada à formação, isso nos leva a refletir e questionar sobre identidade profissional. Qual identidade os novos professores vão construir? Até onde vai e qual a influência das instituições formadoras nessa formação? Como a lógica empresarial pode interferir nessa formação e nessa construção de identidade?

Citando Cohen (2010), os autores portugueses asseveram que:

A percepção dos professores acerca de sua identidade profissional afeta a sua eficácia e o seu desenvolvimento profissional (...). Aceitando-se que o profissionalismo afirma-se com base naquilo que é específico do contexto da ação, do conjunto de conhecimentos, destrezas, comportamentos, atitudes e valores que lhe conferem especificidade, a eficácia do professor remete para o desempenho e para conhecimentos específicos que se articulam com os fins e as práticas do sistema educativo (Cardoso; Batista; Graça, 2016, p. 384).

No caso da educação, Cardoso, Batista e Graça (2016), ao problematizarem a identidade do professor no cenário contemporâneo, atribuem aos processos de globalização elementos que impactam nessa identidade e consideram-na como processo dinâmico e evolutivo, resultado de um processo tanto biográfico quanto relacional. Laval, ao referir-se à escola, ao novo papel dos gestores, vai chamar a atenção para o individualismo, a competitividade e a fragilização das representações de classe/sindicais.

Ainda em relação ao professor, como lembra Laval (2004, p. 129): “As novas tecnologias promovem uma mudança de ‘modelo de ensino’ para um ‘modelo de aprendizagem’”. Desse modo, “o professor não tem mais que transmitir conhecimentos mas motivar, guiar, avaliar. Ele se torna, ao mesmo tempo, ‘treinador’ e ‘pesquisador’”.

Ao tratar da criação do que chama “impérios de multimídia educativa”, para além de uma dimensão meramente ideológica, essa evolução da educação como serviço alinhado à dimensão mercantil soma-se a uma tendência mundial. Tendência a qual o Brasil também filia-se, como um “processo em curso da liberalização das trocas e no desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação em escala mundial” (Laval, 2004, p. 116).

Num segundo agrupamento de contradições da escola neoliberal, situamos a dimensão da cultura e dos valores e identificamos cinco contradições. Também num exercício de identificar similaridades entre as duas realidades e apresentamos o Quadro 2.

Quadro 2: Contradições da escola neoliberal na dimensão da cultura e valores

Cultura e valores		
Contradição	FRANÇA	BRASIL
Capital humano	A lógica da diminuição das ações do Estado privilegia o setor privado, sendo que o sujeito deve pagar pela formação, o que caracteriza a “economia do saber”, ou seja, cada um investe em educação de acordo com sua capacidade financeira.	Apesar de avanços em relação a planos de carreira, professores têm enfrentado dificuldade para afastamentos para sua formação. Não cumprimento da Meta 16 do PNE. Formação de professores concentrada na modalidade EAD, em que a lógica de investir pouco e formar-se rápido está diretamente relacionada com a dimensão financeira.
Mutação da escola	A escola deve submeter-se ao mercado capitalista, formando sujeitos para as demandas da sociedade de mercado. Para a	Novo Ensino Médio: embora argumentando a autonomia do estudante no processo de escolha dos itinerários, reforça a dualidade do ensino e induz o

Cultura e valores		
	escola ser eficaz, deve preparar o indivíduo para a eficácia produtiva.	estudante a seguir um caminho para cursos técnicos profissionalizantes. Visa à preparação para novas realidades do mundo econômico, induzindo ao “empreendedorismo” e focalizando a educação financeira.
Mercado de trabalho	Demanda da escola formar para o mercado de trabalho, que almeja qualificação da formação. Valoriza o ensino profissional, que reduz o tempo de estudos e “despesas” educativas, dotando o sujeito do mínimo de competências para a empregabilidade.	Novamente é possível exemplificar com o NEM. Também, com o ensino superior, quando se coloca como uma necessidade a diminuição do tempo de formação para concluir a formação inicial. Contudo, não há garantias de empregabilidade.
Pedagogia inovadora	Apropriação de ideias da Pedagogia crítica, mas as definições partem de organismos que defendem uma ordem educativa mundial, que o ensino seja pragmático e centrado no trabalho, preterizando o ideal humano emancipador.	Fala-se em pensamento crítico, se fundamenta no artigo, 205 da CF/88 - o pleno desenvolvimento do sujeito, preparo para o exercício da cidadania. Contudo, constata-se, em documentos, práticas e propostas de formação, a dimensão técnica e pragmática.
Democratização da escola	O entendimento da democratização desconsidera os saberes socialmente construídos pela humanidade, contudo, prima pelo desenvolvimento cognitivo, para o sujeito integrar-se no emprego por meio de competências operativas.	Ressignificação do conceito de democracia e democratização da educação. Extinguem-se os processos de escolha democrática de dirigentes educacionais e reveste-se a Nova Gestão Pública como modelo de democratização, utilizando-se critérios de mérito e desempenho.

Fonte: Texto: As contradições da escola neoliberal (Laval, 2004, p. 289-316) – elaborado pelos autores.

Das contradições que apontamos como Cultura e valores e a contradição “Capital humano”, propomos um paralelo com a realidade francesa tomando, novamente, a formação de professores. Apesar de termos avanços em relação à implementação de planos de carreira, mesmo com esse direito assegurado nos referidos planos, grande parte dos professores da educação básica tem enfrentado dificuldades em conseguir afastamentos (ainda que parciais) para formação. Mesmo com a busca por cursos de pós-graduação em universidades públicas, sem investimentos financeiros substanciais, uma vez que não há cobrança de mensalidades, as negociações que esses profissionais fazem com as redes para devolutiva das horas é aqui entendido como forma de “pagar” pela sua formação.

Considerando que a meta 16 prevê a formação em nível de pós-graduação 50% dos professores da educação básica, o que observamos no Brasil é que praticamente ao término de vigência do PNE 2014-2024, o indicador 16A “Percentual de professores da educação básica com pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* indica 30,2%.

A contradição “mutação da escola”, exemplificada na realidade brasileira com o NEM, enquanto impacta diretamente na vida desses jovens estudantes, também promove, de forma danosa e perversa alterações, mutações na vida profissional dos docentes. Essas mutações que impactam em carga horária, extinção de disciplinas e criação de outras, para as quais os docentes das redes não têm formação.

Quanto à “Pedagogia inovadora”, que pressupõe a adoção de perspectivas e pensamento crítico, o que percebemos no âmbito educacional, inclusive em relação aos professores, é a “desemancipação”, a escola “desemancipadora” anteriormente citada. Vivemos uma realidade de apropriação de discursos e conceitos importantes, mas se ressignifica o seu sentido. O caráter inovador nada mais é que um “conservador” mascarado.

Para finalizar, enfoquemos a “democratização da escola”. Embora a democratização da educação e da escola seja presença constante em nossas argumentações e bandeira de luta e resistência diante dos ataques e mudanças impostas, o que temos é, perfeitamente, coerente com o discurso neoliberal, mantendo termos e categorias caras a nós, mas com novo sentido. Cabe perguntarmos qual o “sentido” dessa democratização que se defende?

A massificação da educação básica, especialmente no Brasil, destinou à escola ter um olhar atento aos sujeitos que se inserem nela. Dada à diversidade daqueles que acessam a escola, é essencial cuidar da permanência e do sucesso dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem. O professor, considerado como o mobilizador de energias, necessita do apoio da escola para construir logísticas, que favoreçam práticas interativas, bem como precisa de apoio pedagógico e técnico para promover o ensino.

Observamos a mudança de uma educação humanista para uma educação neoliberal, que visa à formação do trabalhador assalariado limitado nos seus conhecimentos para exercício de uma atividade considerada “socialmente útil”. Laval (2004), citando Tosel, afirma que vivemos a época da escola “desemancipadora”.

De maneira dócil, os neoliberais procuram convencer a comunidade escolar, que a reforma, na ótica da sociedade de mercado, aproxima os sujeitos do mundo do trabalho, da empregabilidade. Assim, ao render-se aos modelos pragmáticos e prescritivos, estaremos reforçando o mecanismo dogmático de gerir a educação e a escola, bem como de desenvolver o processo de ensino e aprendizagem. Os defensores do neoliberalismo apostam no sucesso da ideologia de sua orientação, embasada nas técnicas mercantis, que buscam atrair clientes que corroborem o retorno ao mercado – ao capital. Sem dúvida, a escola pública ao render-se aos ditames do neoliberalismo fortalecerá o “[...] aumento da segregação e do desenvolvimento da escola privada” (Laval, 2004, p. 295).

Em síntese, a escola neoliberal coloca em xeque os valores culturais, a formação humana, a emancipação do sujeito, ao adotar uma Pedagogia pautada pela lógica da economia. A Pedagogia demandada para a escola neoliberal francesa deveria centrar-se em ações que visem ao pragmatismo, ao utilitarismo, ao individualismo e à competitividade, enfraquecendo a relação pedagógica que vincula experiências prévias, saberes da experiência e valores culturais.

Considerações finais

Partindo do objetivo do estudo que é conhecer algumas das contradições da política neoliberal que se enlaçam ao modo de condução do trabalho escolar, iniciamos apresentando um olhar panorâmico aos vieses que tecem a teoria neoliberal, que almeja adentrar no campo da educação e no espaço da escola. Nesse tópico, trazemos uma breve síntese acerca dos achados que explicitam contradições entre os interesses neoliberais e os da Pedagogia crítica, a qual tem a perspectiva de uma educação emancipatória, que considera os valores culturais e as demandas das comunidades escolares.

Para entender o fenômeno do neoliberalismo, importa-nos ratificar a lógica de menos ação do Estado em relação à educação e mais setor privado, que, em nome de uma gestão eficiente, coloca no horizonte a acumulação do capital e desconsidera a produção histórico-cultural. Notadamente, os neoliberais prospectam o êxito do capitalismo, relegando às massas populares os degraus inferiores da classe social. Estas, por sua vez, com formações frágeis acabam conformando-se aos ditames da lógica neoliberal em receber baixos salários e submeter-se às precárias condições de trabalho.

A sociedade do mercado, por sua vez, mascara a proposta de reforma educacional almejada pelos neoliberais, que se apresenta como solucionadora da melhoria da qualidade do ensino. Todavia, não se explicita que, ao retirar a ação do Estado, aprofundam-se as

desigualdades educacionais com o barateamento e o aligeiramento da formação. Assim, uma “boa” formação só será alcançada pelos detentores do capital, que possuem recursos para buscar sua formação e instituições privadas.

A transformação neoliberal do ensino representa uma intencionalidade ainda em processo, mas que encontra resistência não somente dos profissionais da educação, mas também em outros setores da sociedade. Os ditos “resistentes” contrários à política neoliberal na educação procuram dissolver junto às comunidades escolares o quão nefasta é a lógica mercantil e tecnocrática se implementadas na educação. Por sua vez, as classes sociais abonadas economicamente e as elites políticas reforçam que o papel da escola é o de formar para o mercado de trabalho, desenvolvendo o ensino embasado no tecnicismo, selecionando conteúdos “úteis”, alijando os valores e a cultura dos currículos escolares.

Transcorridas mais de duas décadas desde a publicação de Laval (2004), o tema não apenas se mostra atual, pertinente, como com muitas similaridades com o contexto brasileiro contemporâneo. A obra de Laval (2004) e as reflexões aqui apresentadas reafirmam a necessidade de retomada e adensamento das problematizações sobre o neoliberalismo e a rápida e alargada incorporação nos discursos e práticas educacionais no Brasil.

Faz-se inevitável reacender o debate em torno do papel das tensões entre o setor público e o privado no tocante à educação, problematizar o papel do Estado e dos diferentes atores envolvidos na implementação das políticas como, por exemplo, os professores da educação básica. Sobre eles, enquanto não se retomar uma formação de professores crítica, ampla, humanista, para além do instrumental e técnico, continuará frágil a perspectiva de transformação social e o preparo para resistir e superar as constantes investidas do neoliberalismo na educação.

REFERÊNCIAS

- BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.
- CARDOSO, M. I. S. T.; BATISTA, P. M. F.; GRAÇA, A. B. S. A identidade do professor: desafios colocados pela globalização. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 65, abr./jun. 2016, p. 371-390
- GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de Sá; ANDRÉ, M. E. D. A. de; ALMEIDA, P. C. A. de. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.
- LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina, PR: Ed. Planta, 2004.
- LIBÂNEO, J. Carlos. Uma escola para novos tempos. In: LIBÂNEO, J. Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus, [2013]. p. 41-57.
- MANZON, M. Comparações entre lugares. In: BRAY, M.; ADAMSON, B.; MASON, M. (org.). **Pesquisa em Educação Comparada: abordagens e métodos**. Brasília: Liber Livro, 2015.
- PINHEIRO, A. P.; SARTORI, J. A educação democrática em Nussbaum e a educação libertadora em Freire: relações e aproximações. In: FÁVERO, A. A. et al (org.). **Leituras sobre Martha Nussbaum e a educação**. Curitiba: CRV, 2021. p. 111-125.
- PINTO, J. M. de R. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p.133-152, jan./mar. 2016.

Submetido em: 22/09/2024.

Aprovado em: 17/12/2024.